

Arquitectura, saúde e assistência à infância no período ditatorial (1933-1974): os *Parques Infantis* de Fernanda de Castro, em Lisboa

Alexandra Alegre

*CERIS, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa,
Av. Rovisco Pais 1, 1049-001, Lisboa, Portugal*

alexandraalegre@tecnico.ulisboa.pt

Consciente da falta de equipamentos públicos de assistência às crianças pobres da cidade de Lisboa, que ocupavam os seus dias nas ruas da cidade, bem como da incapacidade do Estado em responder a esta carência, Fernanda de Castro (1900-1994) criou, em 1933, um programa de assistência destinado às crianças pobres e debilitadas das classes operárias. Localizados em diferentes bairros da cidade, os *Parques Infantis* ofereciam acolhimento, alimentação, cuidados de higiene e de saúde, e privilegiavam o contacto das crianças com o ar livre para as suas actividades recreativas, consideradas como fundamentais para a seu bem-estar físico e desenvolvimento social. A influência de Fernanda de Castro junto da elite política e social (potenciada pela sua aproximação ao regime) permitiu-lhe obter a autorização para ocupar alguns dos mais atractivos parques e jardins da cidade para a implantação dos *Parques Infantis*. As condições urbanas e arquitectónicas dos *Parques* foram cruciais para o seu sucesso na resposta à exigência da qualidade ambiental dos espaços interiores e exteriores.

Os *Parques Infantis* partilhavam princípios semelhantes aos da escola ao ar-livre que, internacionalmente, se afirmava como modelo no combate aos problemas de saúde infantil (tuberculose, anemia, má-nutrição), tanto na adopção de procedimentos semelhantes aos já testados em sanatórios e campos de férias, quanto na arquitectura dos seus espaços desenhados segundo rigorosas premissas higiénico-sanitárias e em estreita relação com o ambiente natural.

Numa leitura mais abrangente, a criação deste programa de assistência infantil insere-se no contexto europeu marcado por aspectos políticos e sociais que, embora tardiamente, também se fizeram sentir em Portugal, e que desde a segunda metade do século XIX atribuíram um interesse particular à saúde e educação da criança. O processo de industrialização e o conseqüente crescimento urbano; as elevadas taxas de mortalidade e morbidade infantil; a crescente participação da mulher no mercado de trabalho; o reconhecimento do benefício das actividades desportivas e de recreio para o desenvolvimento da criança; a consciência pública para a necessidade de ambientes higiénicos e saudáveis; o estabelecimento de estudos médicos, psicológicos e sociais sobre a criança, associados à importância atribuída à educação (em conjunto com a proibição do trabalho infantil) estão na origem do desenvolvimento de edifícios educativos, de saúde e de assistência desenhados especificamente para a criança.

A proposta de comunicação pretende analisar os *Parques Infantis* reflectindo sobre as práticas implementadas de protecção, assistência e de melhoria das condições de saúde da criança, bem como das condições arquitectónicas e urbanas que serviram estes objectivos. A interpretação deste programa permite reflectir sobre o significado histórico dos espaços criados para a infância, com o objectivo mais abrangente de melhorar os hábitos e comportamentos das famílias através da disseminação de práticas adquiridas pelas crianças. Os *Parques Infantis* partilhavam esta orientação do Estado que, com o intuito principal de diminuir a mortalidade e morbidade infantil, dirigiu as campanhas destinadas à melhoria das condições de higiene e de saúde públicas para as crianças, assumindo os espaços por elas frequentados como o veículo principal para a sua divulgação.